

VITORINO NEMÉSIO

OBRAS COMPLETAS

Vol. IX

Vida e Obra do Infante D. Henrique



IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

Título: Vida e Obra do Infante D. Henrique
6.ª edição

Autor: Vitorino Nemésio

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Concepção gráfica: Departamento Editorial da INCM

Capa: «Infante D. Henrique»,
iluminura da *Crónica dos Feitos da Guiné*,
de Gomes Eanes de Zurara,
Bibliothèque Nationale de Paris

Revisão do texto: Miguel Antunes Pereira

Tiragem: 2000 exemplares

Data de impressão: Fevereiro de 2006

ISBN: 972-27-1456-2

Depósito legal: 237 960/06

- 1.^a ed.: 1959, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- 2.^a ed.: 1961, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- 3.^a ed.: 1967, Lisboa, Edições Panorama (*última em vida do autor*).
- 4.^a ed.: 1984, Porto, Vertente (*póstuma; não reproduz a última edição em vida do autor*).
- 5.^a ed.: 1991, Lisboa, INCM. (*Existem duas reproduções em braille desta edição, respectivamente 1994, Porto, CIAD, e 1994, Porto, CPAC.*)
- 6.^a ed.: *a actual.*

NOTA EDITORIAL

Publicado pela primeira vez em 1959, na «Colecção Henriquina», com a chancela da Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Vida e Obra do Infante D. Henrique* conheceu várias reedições, sendo o texto que aqui se reproduz uma reimpressão daquele que a Imprensa Nacional-Casa da Moeda publicou em 1991. Baseado na última edição em vida do autor (1967) e por ele revisto e corrigido, o texto apenas sofreu uma intervenção reduzida ao mínimo e que consistiu na actualização ortográfica, na correcção de grafias evidentes, sempre que possível confirmadas por confronto com a primeira edição, e uma ou outra uniformização, respeitando, contudo, grafias alternativas susceptíveis de conterem um valor estilístico.

Na presente edição voltam a apresentar-se as notas em rodapé nas páginas a que dizem respeito, tendo-se completado as referências bibliográficas sempre que foi possível.

Em apêndice, reproduz-se um artigo publicado por Vitorino Nemésio no suplemento «Cultura e Arte» do jornal *O Comércio do Porto* (ano IX, supl. n.º 18, de 26 de Abril de 1960, p. 5) e posteriormente incluído por Costa Barreto na colectânea *Estrada Larga III* (Porto Editora, s. d., pp. 727-729), que constitui uma súmula do pensamento do autor sobre o biografado.

INTRODUÇÃO

O INFANTE D. HENRIQUE E A PATERNIDADE DA EXPANSÃO: DE GOMES EANES DE AZURARA A VITORINO NEMÉSIO

Não houvessem os grandes descobrimentos marítimos tido lugar e Portugal teria quiçá sido, como Aragão, absorvido por Castela; ou então subsistiria como mera entidade marginal, espécie de curiosidade fóssil, como a Albânia...

Se, a despeito da sua marginalidade em relação aos grandes centros da Europa, Portugal desempenhou na história do globo um papel bem mais significativo que a Albânia ou Aragão, foi porque cedo virou costas a Castela e se debruçou sobre o Oceano. Assim se explica, por exemplo, o facto inopinado, quase paradoxal, de o romance da faixa atlântica da Ibéria, outrora finisterra da România, se contar em nossos dias entre os sete idiomas mais falados do nosso planeta.

Cremos que rotundamente se enganavam os *decadentistas* da geração de 70 ao ver na expansão a causa de todos os males de que viam enfermar a Pátria; ao invés, cumpre até inquirir se, sem ela, Pátria haveria ainda... Não cabe porém ao homem ajuizar de futuríveis; contentemo-nos por isso, e não é já pouco, com conhecermos a história que realmente foi, uma vez que não podemos saber como teria sido se não tivesse sido como foi. Ora, na história que temos, os Descobrimientos do século xv representam, efectivamente, um momento fulcral, para nós como para a humanidade inteira.

No insólito que representa já a história de tanto obra por tão poucos, a vivência tão concentrada num instante ao fim e ao cabo tão fugaz, recorta-se como facto insólito o papel concentracionário que em tal fenómeno parece ter desempenhado um homem: D. Henrique, com mais ou menos propriedade dito o *Navegador*, o iniciador das modernas viagens de descobrimento e exploração.

Não é de admirar, portanto, que a singularidade do seu destino histórico tenha suscitado interpretações desencontradas, por vezes contraditórias.

A idealização da sua figura, que hoje dificulta um tanto ou quanto a tarefa ao historiador desejoso de a libertar da ganga mítica para o reencontrar tal como realmente foi, começou cedo e desenvolveu-se, por razões diferentes, em sucessivos momentos da história.

Iniciou-se ainda em sua vida. Sem que isso retire ao texto o valor insubstituível que possui como testemunho dos factos, vemo-la sem sombra de dúvida perpassar nas páginas quase hagiográficas da *Crónica da Guiné* de Gomes Eanes de Azurara. Parece que a encomendou ao cronista-mor de seus reinos El-Rei D. Afonso V por volta de 1452, escassamente volvidos sobre a batalha de Alfarrobeira uns três anos. É sabido que D. Henrique, após ter tentado em vão fazer de medianoiro ou mesmo de fiel de balança, como fizera bastas vezes no passado, acabou por se inclinar deci-

didamente para o campo do sobrinho, deixando o irmão entregue à triste sorte que escolhera ou não soubera evitar. Não é inverosímil que, ao encomendar a seu cronista a tarefa de ajuntar em crónica os feitos de seu tio, D. Afonso V tenha tido exactamente em mira recompensá-lo pelo exemplo de fidelidade, sem falar já no apoio militar que lhe dispensara no transe de Alfaro-beira. Assim se teria iniciado a utilização pelo poder político da figura histórica de D. Henrique como exemplar. Seja como for, primeiro através da utilização que no século XVI dela fez João de Barros, depois graças à descoberta e divulgação do texto original pelo Visconde de Santarém, no século XIX, o certo é que a *Crónica* de Azurara constituiu desde sempre a fonte essencial para a biografia de um personagem que, sem embargo do papel fulcral que desempenhou na história, ao contrário de seus irmãos, pouco ou nada deixou escrito, dificultando assim que ao certo se lhe conheça o pensamento e se determinem com segurança os motivos que o nortearam, os escopos que o moveram e até os ideais por que pautou seu agir.

Se já em vida o escrito de Gomes Eanes no-lo pinta como herói, a geração seguinte guindou-o até ao limiar do mito. Celi-batário, D. Henrique não tivera prole e adoptara como filho espiritual e herdeiro um sobrinho, o Infante D. Fernando, irmão mais novo de D. Afonso V. Foi em consequência de uma série de circunstâncias inesperadas — morte accidental de D. Afonso, único

filho d'El-Rei D. João II, execução de D. Diogo e falecimento de outros irmãos seus — que um filho desse Infante, D. Manuel, duque de Viseu e Beja desde 1484, se veio a tornar rei de Portugal em 1495. A forma insólita como subiu ao trono, graças à morte prematura de uma boa meia dúzia do parentes mais bem colocados na ordem da sucessão, deve-lhe ter sugerido que o escolhera Deus, predestinando-o para grandes feitos. Fora, para mais, educado num ambiente impregnado de espiritualidade franciscana, à época estuante de esperanças messiânicas, comportando a destruição do bloco islamita, a reforma da Igreja, o império universal e a expansão do cristianismo até aos confins da Terra. A facilidade com que, logo no terceiro ano de seu reinado, Vasco da Gama atingiu à primeira tentativa a Índia pelo Cabo, mais o persuadiu de que tinha Deus pelo seu lado. A descoberta do caminho marítimo para as Índias Orientais, possibilitando o cerco ao Império Mameluco pelo lado do mar Roxo, parecia sinal certo de que estava iminente a recuperação de Jerusalém, a queda do Islão — identificado a Babilónia, a Grande Prostituta, da Apocalipse joânica —, o império messiânico, em suma, o fim dos tempos.

Se de toda essa escatologia o começo era a viagem do Gama e o reencontro com os irmãos na Fé, supostos ou reais, que povoavam as Ásias, da viagem do Gama os prodrômios eram os descobrimentos henriquinos, que haviam iniciado a devassação dos mares até então incógnitos. As primeiras viagens de descobrimento

revestiam assim, logicamente, relevante significação política, religiosa e mística. Obra de tamanha monta — esguardando quanto mais não fosse ao que já se via, fora o que se deixava adivinhar — por força parecia mais que humana. Não admira, portanto, que um dos homens lígios de D. Manuel e teórico da sua ideia imperial, Duarte Pacheco Pereira, atribua no seu *Esmeraldo de situ orbis* a iniciativa dos descobrimentos henriquinos não já a considerandos de ordem ideológica, económica e política, como meio século atrás fazia Azurara, mas pura e simplesmente a inspiração divina: o próprio Deus teria aparecido em sonhos a D. Henrique para lhe revelar quantas almas gemiam nas partes de África nas trevas da idolatria anelando pela iluminação evangélica e assim também quantas riquezas inexploradas se ocultavam naquelas terras ignotas. Assim se dava um passo mais no caminho da idealização da figura do Infante.

Naturalmente D. Manuel sentia-se em seu íntimo grato ao avô adoptivo por ter dado os primeiros passos na exploração do desconhecido, preparando assim o terreno em que havia de medrar a sua ideia imperial. Talvez que, inconscientemente, o movesse também um ciúme surdo do primo, D. João II, esse sim, verdadeiro estratega do Império, e por isso tenha promovido o culto de D. Henrique como primeiro semeador da semente de que aspirava a flor e esperava colher o fruto. Seja como for, sabe-se que foi ele quem ordenou que em todas as igrejas do Ultramar

se rezasse semanalmente missa por alma do Infante «como primeiro principiadador deste descobrimento», dever de gratidão que os reis de Portugal ainda no século xvii recordavam aos cabidos de além-mar. Assim, talvez sem querer, contribuiu D. Manuel para instalar no espírito uma ideia que a historiografia moderna sente ainda hoje dificuldade em descartar: a de que D. Henrique aspirava a descobrir a Índia e a apoderar-se do rico trato da sua especiaria, pelo que deveria considerar-se o verdadeiro autor de um hipotético *plano das Índias* — a que, na realidade, nenhum documento alude antes da época joanina.

Embora redigidas durante o prosaico reinado de D. João III, as *Décadas da Ásia* de João de Barros fazem-se eco de todas estas concepções prevaletentes no período manuelino, parecendo muito mais em sintonia com o imperialismo místico e messiânico do Venturoso do que com o pragmatismo político do Piedoso. Foi por seu conduto que aquelas atingiram uma época de novo favorável ao messianismo imperial anti-islâmico, a de D. Sebastião, a tempo de encontrarem um derradeiro mas incomparável eco nas imorredouras estrofes de Camões. É verdade que não se acham n'Os *Lusíadas* mais que duas fugazes alusões a D. Henrique; mas o poema — de que a inimitável qualidade literária, por um lado, por outro a circunstância da quase imediata perda da independência, fariam a breve trecho uma espécie de «bíblia nacional» — veicula uma ideia, bebida em João de Barros, que havia de in-

fluir decididamente na visão que as gerações futuras teriam da vida e feitos do Infante: a de que a Cruzada era a essência da vocação nacional e que a ela se haviam de reduzir toda a história portuguesa e toda a epopeia da expansão. Esta cessava de ser vista como sinuosa linha de múltiplas inflexões políticas, soma heterogénea de êxitos e de fracassos, de projectos abortados ao lado de sucessos espessas vezes fortuitos, quando não conflito dialéctico entre concepções distintas, interesses e grupos diversos ou mesmo contraditórios; aparecia agora como realização progressiva de um desenho prévio, norteado por uma ideia única. Eis uma outra noção de que a historiografia hodierna a custo se desfará.

A esta perspectivação do vulto de D. Henrique herdada, na mor parte dos seus rasgos, da centúria de Quinhentos juntou o século XIX uma nova achega.

O interesse pela figura do Infante descobridor aumentara em Portugal desde que em 1841 o Visconde de Santarém publicara a *Crónica dos Feitos da Guiné* de Gomes Eanes de Azurara, cujo manuscrito reencontrara em Paris. De há muito que Portugal cedera às potências capitalistas do mar do Norte, melhor apetrechadas, a hegemonia dos mares e se tornara no concerto europeu um poder secundário. A secessão do Brasil e a série interminável das lutas civis na Metrópole tornavam mais pungente ainda a nostalgia da grandeza de antanho; a Europa, por seu turno, uma

vez recomposta do sismo napoleónico, afirmava-se cada vez mais nas partes de além-mar. Para citar apenas um exemplo, no mesmo ano em que Santarém dava à estampa a *Crónica* de Azurara, a Inglaterra, vitoriosa da Guerra do Ópio, instalava-se em Hong-Kong, relegando para segundo plano o quase tricentenário estabelecimento português de Macau. Era gratificante para a consciência nacional pensar que, ao menos em matéria de expansão ultramarina, fora Portugal o pioneiro, e que sem os seus descobrimentos não teria sido possível a ascensão dos que agora o ultrapassavam.

Vivia-se, por outro lado, um momento de grande euforia científica. Aos progressos da matemática e da astronomia no século xvii, eram vindos ajuntar-se no seguinte os da física e da química, os da botânica e da zoologia, logo os da geografia. A ciência começava a aparecer como a chave mágica do universo, capaz de abrir todas as portas, inclusive as da felicidade humana. Ora o Visconde de Santarém teve, no seu fecundo exílio, ocasião de localizar não apenas o manuscrito da *Crónica da Guiné*, mas numerosos espécimes de cartografia portuguesa da época dos Descobrimentos que reuniu em Atlas. Com base em tais documentos pôde assim ajuntar à sua *Memória sobre a Prioridade dos Descobrimentos Portugueses...*, de 1841, um *Essai sur l'histoire de la Cosmographie et la Géographie pendant le Moyen-Âge et sur les progrès de la Géographie après les grandes découvertes du xve siè-*

cle..., em três volumes, vindos a lume em 1849-1852. Começava assim a chamar-se a atenção para uma faceta até aí ignorada da aventura portuguesa, o seu carácter científico. À imagem do Infante cruzado e aventureiro começava a anadir-se novo traço, o do sábio cosmógrafo e cientista.

Curiosamente, havia de ser em meio anglo-saxão que tal faceta viria a ser mais valorizada. A Inglaterra vitoriana considerava-se, é bem sabido, a vanguarda das nações e o expoente máximo da civilização; e remirava-se no seu Império em que via a mais perfeita construção da história universal. Tal como o Império Manuelino na euforia dos seus dias grandes não podia, contudo, deixar de se interessar pelas suas próprias origens nem de tentar retraçar a sua história. Ora esta era incompreensível sem a dos descobrimentos portugueses do século de Quatrocentos; e estes, quiçá por capricho fortuito do destino, haviam sido desencadeados por um infante filho de uma rainha inglesa. Ao complexo de superioridade do Império Britânico então no fastígio do poderio não enojava assim a figura de D. Henrique, a despeito do preconceito antilatino e anticatólico que permanecia latente na cultura oficial: foi exactamente na pena dos seus biógrafos britânicos, Henry Major e Raymond Beazley, que a imagem do Infante como «primeiro homem moderno», traçada com todos os recursos da erudição histórica, logrou a perfeição máxima. Bem vistas as cousas era talvez contraditório esse vulto que casava os

ÍNDICE

Nota editorial	9
INTRODUÇÃO — O INFANTE D. HENRIQUE E A PATERNIDADE DA EXPANSÃO: DE GOMES EANES DE AZURARA A VITORINO NEMÉSIO, por Luís Filipe F. R. Thomaz	11

VIDA E OBRA DO INFANTE D. HENRIQUE

<i>Prefácio</i>	39
I — Os primeiros anos do Infante	45
II — As causas da expansão	57
III — Ceuta	71
IV — Os primeiros descobrimentos	87
V — As ilhas do Atlântico e as explorações a noroeste	93
VI — Tânger	111
VII — Cativo e morte do Infante D. Fernando	127
VIII — O Infante D. Pedro e a crise da regência	137
IX — O avanço na Costa de África	159
X — Morte do Infante	165
XI — Balanço de Sagres	169
XII — Depois da morte do Infante	177

APÊNDICE

O problema biográfico do Infante	189
--	-----

OBRAS COMPLETAS DE VITORINO NEMÉSIO

I e II. POESIA *

III. CADERNO DE CALIGRAPHIA E OUTROS POEMAS A MARGA

Edição de Luiz Fagundes Duarte

IV. POESIA*

V. VARANDA DE PILATOS

Introdução de José Martins Garcia

VI. A CASA FECHADA

Nota editorial de Maria José Fidalgo de Oliveira

Prefácio de David Mourão-Ferreira

VII. PAÇO DO MILHAFRE — O MISTÉRIO DO PAÇO DO MILHAFRE

Introdução, fixação do texto e notas de Urbano Bettencourt

VIII. MAU TEMPO NO CANAL

Introdução de José Martins Garcia

IX. VIDA E OBRA DO INFANTE D. HENRIQUE

Introdução de Luís Filipe F. R. Thomaz

X. ISABEL DE ARAGÃO RAINHA SANTA

Prefácio de José Mattoso

XI. A MOCIDADE DE HERCULANO
ATÉ À VOLTA DO EXÍLIO (1810-1832)

Prólogo de Luís A. Oliveira Ramos

XII. DESTINO DE GOMES LEAL*

XIII. SOB OS SIGNOS DE AGORA

Introdução de José Martins Garcia

lina Resina Rodrigues

XV. O SEGREDO DE OURO PRETO E OUTROS CAMINHOS

Introdução de Margarida Maia Gouveia

* Em preparação.

XVI. CORSÁRIO DAS ILHAS

Introdução e fixação do texto de A. M. B. Machado Pires

XVII. CONHECIMENTO DE POESIA

*Introdução de José Martins Garcia
ndo Cristóvão*

XX. CAATINGA E TERRA CAÍDA

VIAGENS NO NORDESTE E NO AMAZONAS
Introdução de Margarida Maia Gouveia

XXI. JORNAL DO OBSERVADOR

Introdução de Artur Anselmo

XXII. ERA DO ÁTOMO/CRISE DO HOMEM

Introdução de Fernando Gil

XXIII. O CAMPO DE SÃO PAULO

A COMPANHIA DE JESUS
E O PLANO PORTUGUÊS DO BRASIL (1528-1563)

Intróito de Luís A. de Oliveira Ramos

XXIV. RELAÇÕES FRANCESAS DO ROMANTISMO PORTUGUÊS *

Prefácio de Aníbal Pinto de Castro

XXV. VULTOS E PERFIS — I

Prefácio de A. M. B. Machado Pires

XXVI. VULTOS E PERFIS — II

QUASE QUE OS VI VIVER
Prefácio de A. M. B. Machado Pires

* Em preparação.

Acabou de imprimir-se
em Fevereiro de dois mil e seis.

Edição n.º 1012546

www.incm.pt
E-mail: dco@incm.pt
E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br